

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT03.012

ESCOLA PRIMÁRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PERÍODO REPUBLICANO (1900-1930): UM ESTUDO COM BASE NOS IMPRESSOS MARANHENSES

RACHEL TAVARES DE MORAIS

Doutora em Educação. Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Música da Universidade Federal - MA, rs.tavares@ufma.br;

MARIA JOSE DOS SANTOS

Doutora em Educação. Professora Adjunta do Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal - MA, mj.santos@ufma.br

RESUMO

Este artigo tem como objeto a formação de professores da educação primária na capital do Maranhão no período de 1900-1930. No início da República a defesa pela instrução pública no Maranhão não diverge do sistema nacional quando apresenta como uma das principais bandeira a expansão do ensino primário, contudo as dificuldades financeiras e acordos políticos, não permitem a ampliação do atendimento escolar. Nesse contexto, a ênfase no estabelecimento de diretrizes do sistema educacional, devido ao novo olhar para a escola, contribui para o surgimento de ações formativas direcionadas ao professorado. Na exploração dos sentidos em torno do interesse sobre a expansão do ensino primário neste período, emerge a necessidade de capturar os marcadores simbólicos na construção e defesa de uma política educacional para os professores na capital do Maranhão (1900-1930). Dessa forma, partimos do pressuposto de que a constituição de espaços de formação para professores ocorreu por um processo social determinado por fases marcadas por oposições e tensões entre grupos sociais, que se ocupavam do campo do saber pedagógico. Ao analisar como ocorreu este processo de difusão de ideias sobre a necessidade formativa dos professores, a partir das publicações de periódicos tais como Jornal Notícias, O Combate, Pacotilha entre outros, esperamos apreender os significantes em torno das medidas formativas

e práticas educativas desenvolvidas na capital maranhense. Entendemos que nesse percurso, importa identificar as representações geradas pelos agentes sociais, assim como compreender o processo de envolvimento na produção de conhecimento sobre o fazer educacional com base nas propostas pedagógicas vigentes no período estudado. Desta forma, consideramos contribuir para a ressignificação de sentidos sobre a história da educação e da prática docente no campo educacional do Maranhão republicano. Desta forma, consideramos contribuir para a ressignificação de sentidos sobre a história da educação e da prática docente no campo educacional do Maranhão republicano.

Palavras-chave: Maranhão, República, Escola primária, Formação de professores, Periódico

INTRODUÇÃO

A produção no campo da historiografia educacional maranhense tem avançado nas últimas décadas. A visibilidade de objetos de estudos com foco nos grupos escolares e diferentes instituições de ensino têm permitido ampliar os estudos com relação ao universo da escolarização da criança antes esquecidos pela história oficial. A fabricação do espaço escolar apresenta elementos distintos que nos revelam formas de pensar e fazer pedagógico a partir da ação de agentes sociais engajados com a defesa da educação ou ideia de uma nação brasileira promissora. O objeto de estudo sobre a formação de professores não pode ser capturado distante da relação de interdependência entre os agentes e seus lugares sociais, assim como de configurações de espaços escolares.

Nos debates realizados no Maranhão com foco na formação de professores, destacamos o 1º Congresso Pedagógico do Estado do Maranhão, que ocorreu no final do ano de 1919 e início de 1920. De modo geral no Brasil foram promovidas várias conferências educacionais no decorrer da década de 1920, tais como Conferência Interestadual do Ensino Primário (Rio de Janeiro, 1921); Congresso de Ensino Primário e Normal (Paraná, 1926); Primeiro Congresso de Instrução Primária (Minas Gerais, 1927); Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário (Santa Catarina, 1927); Primeira Conferência Nacional de Educação, promovida por intermédio da ABE (Curitiba, 1927). (HOLLER, 2014). Dentre os objetivos educacionais deste movimento incluem-se temas sobre as reformas educacionais, com destaque para proposta de formação de professores, assim como apropriação de métodos direcionados ao ensino primário. (HOLLER, 2014).

No cenário da produção simbólica e cultural, observamos, a partir de 1920, a efervescência na difusão de ideias por meio de publicações de livros, de revistas e jornais maranhenses. Uma renovação pedagógica ocorrida a partir de princípios liberais no campo educacional, com vista à propagação da escolarização da criança (SAVIANI, 2008).

A valorização técnica e científica para a formação dos educadores, principalmente do ensino primário, engendra uma série de ações voltadas para a capacitação de profissionais a partir da década de 1920. Nos jornais que circulavam na capital do Maranhão: Pacotilha, O Jornal, e Diário de São Luís, os temas educacionais buscavam respaldar a política educativa como foco no ensino primário, como exemplo,

temos a criação das conferências municipais de educação, organizadas pelo inspetor geral da instrução pública municipal de São Luís, Antonio Lopes (1919).

Essas palestras serão todas breves, de caráter muito prático, visando a direção a dar ao ensino das disciplinas que constituem o curso primário das escolas. Evitar-se-á todo e qualquer luxo da erudição. Como ensinar o curso primário – eis o que se nelas exporá, procurando firmar ideias de aplicação imediata na tarefa diária do professor. (PACOTILHA, 1919, p.1).

Essas ações estavam incluídas no projeto de reforma do ensino do Estado do Maranhão, que teve início no governo de Urbano Santos, sendo somente executada na gestão seguinte de Godofredo Viana. Debates acerca de propostas metodológicas em defesa do método intuitivo e lições de coisas, assim como a influência dos saberes científicos, notadamente da medicina, na educação, são fatores influenciadores na tomada de decisão no âmbito da política educacional, que passa a ser pensada sob a égide dos princípios de racionalidade técnica e da divisão do trabalho que deveriam ser incorporados no cenário da instrução pública.

Nóvoa (1999), confirma que nos séculos XIX e XX “[...] as correntes pedagógicas preocupavam-se com a racionalização e a eficácia do ensino. Questões didáticas emergem paralelamente a uma tentativa de elaboração de uma pedagogia científica e objetiva”. É com ênfase na instrução escolar mais científica que, segundo Souza (2000) a reforma do ensino público no período republicano contemplava aspectos políticos que implicavam numa renovação educacional, onde a organização dos conteúdos e detalhamento da instrução metodológica tinha lugar privilegiado na formação do cidadão alicerçada na ciência e nos valores morais e cívicos.

Diante desse processo, a escola enquanto espaço formativo passa a incorporar práticas educativas que tinham o propósito de instaurar um “modo de fazer” mais eficiente com base em um amplo projeto social modernizador, em que o professor terá destaque a partir de práticas formativas. Para Vidal e Filho (2000,p. 23) “[...] o tempo escolar pouco a pouco assumia, nos discursos da época, uma especificidade, traduzida na percepção mais produtiva do ensino”.

A exemplo, em São Luís temos a realização de dos Clubes Pedagógicos (1934) instituído pelo diretor da Escola Normal, Luís Rego. Percebe-se o surgimento de práticas que redefinem a importância da formação continuada dos professores.

Pequenas Notícias Clube Pedagógico Acaba de ser fundado, na Escola Normal, o Clube Pedagógico, constituído pelas professoras do Curso de Aplicação, do Jardim de Infância Decroly, do professor de Metodologia do Curso Normal e do diretor da Escola. (JORNAL NOTÍCIAS, 1934, p.4)

Assim, a constituição do espaço de formação para os professores, vem responder aos imperativos de uma pedagogia mais científica, da política com base na modernização, ambos afinados, também, aos ditames de uma educação higiênica. A adaptação à nova invocação da função escolar de desenvolver um trabalho educativo requeria um trabalho docente "especializado". Estes elementos, bem presentes na sociedade brasileira, serviram de promotores para a reorganização administrativa e pedagógica da escola, refletindo no processo formativo dos professores.

Sendo assim, o presente estudo surge na perspectiva de compreender como ocorreu a constituição dos espaços de formação de professores na capital do estado do Maranhão, analisando as implicações da concepção educacional do tipo moderno, fundadas no ideal de racionalização, na organização da prática educativa. Entendemos que o estudo sobre a história da escolarização pública primária com foco na formação de professores possibilitará traçar o retrato da educação do Maranhão, valorizando o papel do professor no cenário educacional. No processo de compreensão sobre a forma do instituído no campo do saber pedagógico, instaurar-se um espaço de debate sobre a especificidade educacional no Maranhão, pois versa sobre a política destinada aos professores, permitindo ampliar a discussão sobre a formação de graduandos na atualidade quando revela marcas distintivas da história da educação local.

METODOLOGIA

Diante do exposto, temos a pretensão de identificar por meio desta pesquisa, os fatos relacionados com a capacitação de professores no Maranhão republicano 1900-1930. Para tanto, utilizaremos como fonte de pesquisa: jornais pedagógicos, documentos oficiais da administração, decretos, livros produzidos por educadores maranhenses e, principalmente, jornais não pedagógicos (Notícias, O Combate, Pacotilha).

As consultas foram realizadas no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, assim como, do acervo da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Com os jornais não pedagógicos, pretendemos verificar as sensibilidades que circulavam em torno

do universo do professor, principalmente, quanto às ações da política educacional vigente e debates sobre as práticas metodológicas.

Como afirma Gouvêa e Jinsenji (2006, p. 115) “ (...) os jornais, ao longo do século XIX, constituíram instrumento fundamental de formação política da população e de circulação de ideias, permitindo-nos ter acesso à dinâmica dos embates em torno da escolarização da população brasileira.”

A valorização da imprensa nas pesquisas em história da educação, já vinha obtendo seu lugar enquanto fonte de pesquisa para investigar temáticas educacionais - debates sobre a escola, profissão docente, consolidação de políticas públicas, embates entre grupos opositoristas que ocupavam o espaço público, são pontos muitas vezes elucidados pelo uso destas fontes. (CAMPOS,2012).

Concomitantemente ao levantamento das fontes de pesquisa, realizamos a pesquisa bibliográfica, que ocorreu pelo levantamento do estado da arte sobre o objeto de estudo, sendo necessário analisar teses, dissertações, artigos, livros, seguido de leituras e fichamento do material. Com o objetivo de assegurar a cientificidade do trabalho, consideramos que o percurso do rito “ensaísmo” para a pesquisa engloba algumas questões que fazem parte das sessões de estudos, tais como: (i) diretrizes para coletas de dados, orientação para análises a partir das fontes de pesquisa; (ii) como trabalhar com as fontes de pesquisa (iii) preocupação didática para exposição do trabalho científico.

Com o objetivo de dar uma organicidade didática no tratamento do material pesquisado será necessário:

- i. arquivamento do material em pastas, por tipo, com a inscrição de ficha de resumo contendo as principais indicações do documento;
- ii. a classificação do material segundo as categorias previamente estabelecidas e/ou outras que possam surgir durante a pesquisa. Para tanto, será realizado sessões de estudo quinzenais para aprofundamento e análise do trabalho em curso;

Ainda sobre a coleta de dados, o processo de garimpagem dos documentos considerou a priori, as seguintes categorias de análises: (i) espaços e tempos formativos, (ii) método de ensino, (iii) programas de ensino (conteúdos) e (iv) agentes sociais.

Na fase seguinte foi efetuada a leitura do material, com o propósito de realizar um mapeamento dos principais elementos contidos nas fontes de acordo com as categorias levantadas, passando para a fase de análise, na qual temos o processo de interpretação e inferência dos dados.

A história da educação maranhense tendo como principal fonte de pesquisa os impressos, aqui em especial os jornais não pedagógicos, possibilita ampliar as discussões sobre a formação de professores primários. A relevância deste tipo de pesquisa que tem como foco os jornais e as revistas relaciona-se com a materialidade dos impressos, desnaturalizando sua existência. Assim, aspectos como a própria historicidade da fonte não pode ser desconsiderada, averiguar as condições técnicas de produção, a função social, considerar o quadro diminuto dos leitores comparado com o grau de analfabetismo do período, não podem ser esquecidos. A busca pelo que se tornou notícia é não silenciar as motivações para publicação das informações, assim como atentar para o destaque conferido à um determinado acontecimento. Faz parte das ferramentas metodológicas conferir importância aos significados dos discursos, questionar a ênfase dada a certo tema, linguagem e natureza do conteúdo. Outro aspecto importante é identificar o grupo responsável pela linha editorial, os seus colaboradores, questionar as relações que podem definir questões de poderes e interesses financeiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados ocorreu de diferentes fontes, o traçado destes resultados, apesar da fonte principal ter sido os impressos, houve o entrecruzamentos com outras fontes de pesquisa, dentre estas documentos oficiais que versavam sobre a instrução pública e outras pesquisas histórias que geraram os resultados sobre as práticas educativas que ocorriam em solo maranhense.

OS ESPAÇOS FORMATIVOS

A instituição reguladora do processo de capacitação dos professores na década de 1930 na capital do território maranhense é a Diretoria da Instrução Pública, responsável por selecionar os docentes que iriam realizar curso de aperfeiçoamento profissional na capital do Rio de Janeiro.

No impresso jornal Notícias, em 28 de maio de 1933, temos o relato de que um dos objetivos desta formação estava em capacitar os professores primários seguindo os novos aspectos da pedagogia moderna, com destaque para uma nova tendência educativa, a escola nova.

A Diretoria da Instrução Pública de há muito que se entrega à reforma do ensino primário e para o conseguir, criou um curso de aperfeiçoamento para as professoras normalistas, e não satisfeito com esse curso, achando que não é suficiente e bastante, ainda, faz mais: manda turmas de professoras, aperfeiçoadas aqui, estudar na Capital da República. Ora, a reorganização consistem em abandonar a escola tradicional e adotar a escola nova. E quem diz escola nova, diz novos princípios, nova sistematização, nova arrumação, aparelhamento novo! (NOTÍCIAS, 1933, p. 1).

Outro impresso que divulgou os resultados dos cursos de aperfeiçoamento de professores foi o jornal o Combate em novembro de 1933. Temos exposto nas páginas deste impresso, os relatórios de professoras endereçados ao Diretor Geral da Instrução Pública do Maranhão. Não sabemos ao certo qual o motivo destes relatórios terem aparecido nas páginas deste jornal, contudo Luca (2000) confirma que as pesquisas sobre este tipo de fonte evidencia que as mesmas atuavam como porta-voz dos interesses de um determinado setor da sociedade. Sendo assim, temos aqui um importante suporte promovedor das ações do sistema educacional no período. A promoção da instrução pública primária neste período apresenta-se como bandeira de destaca no sistema educativo, as discussões sobre a importância da criança e novo olhar sobre a infância ludovicense rege as ações que circulavam sobre a formação de professores.

A instituição incumbida de realizar o aperfeiçoamento pedagógico dos professores ludovicenses foi o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que tinha com principal gestor o professor Lourenço Filho.

A Escola de Professores, criada no Distrito Federal pelo Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, e instalada no mesmo mês e ano, representa a primeira iniciativa, no País, para prover à formação do magistério, em nível de estudos superiores ou universitários. Mais do que isso, talvez, assinala uma experiência de preparação de mestres primários, em novas bases e mediante processos ainda não sistematicamente utilizados nas escolas brasileiras. (p. 19)

No tempo de sua gestão, Lourenço Filho organizou curso de formação de professores primários, que possuía em sua estrutura curricular dois tempos formativos, no primeiro ano aprendia-se sobre os fundamentos teóricos e, no segundo ano, o foco era a Prática de Ensino, que tinha como campo de atuação o Jardim de infância e a Escola Elementar.

Ao referido curso, consagram-se dois anos de estudos, os quais, como já dissemos, versam tão-somente disciplinas que importem à formação profissional. O primeiro ano pode ser considerado de fundamentos; o segundo, de aplicação. Compreendendo a parte final daquele e a inicial deste, para ligação da parte teórica à parte essencialmente prática do ensino, encontram-se estudos de caráter intermediário, pelos quais os princípios da teoria e os problemas da prática são considerados ao mesmo tempo. (LOURENÇO FILHO, 1934, p. 25)

No Instituto havia outros cursos destinados ao aprimoramento da prática docentes em diferentes áreas deste a gestão ampla escolar até a gestão de sala de aula, observa-se que o foco estava em ampliar os conhecimentos para uma concepção de aprendizagem como foco num método ativo.

Os cursos de aperfeiçoamento, de duração variável, em cada caso, têm por fim levar a um maior apuro professores já especializados, no ensino de determinada disciplina, bem como prover à formação de especialistas em princípios e técnicas modernas de educação (diretores, orientadores de ensino, inspetores). Os cursos de extensão visam à propagação não só das modernas doutrinas e técnicas de educação, como também à disseminação das novas correntes de idéias nas artes, nas ciências e nos estudos político-sociais. São, no geral, livres e gratuitos, admitindo alunos de quaisquer outros cursos, bem como pessoas estranhas à Escola. (LOURENÇO FILHO, 1934, p. 27).

Lourenço Filho em seu relato afirma que os cursos do tipo extraordinários eram pensados para atender a demanda de outros estados da federação, em que seus governantes entendiam a necessidade de aperfeiçoamento dos docentes em atuação, com foco na especialização, aperfeiçoamento ou continuação dos estudos pedagógicos. No relatório de Lourenço temos a confirmação de que um número significativo de professores maranhense frequentou o instituto. “Em 1933, o governo do Maranhão comissionou 20 professoras; o do Ceará, dez; o da Bahia, três. No corrente ano, freqüentam cursos dessa natureza três professoras da Bahia”

(LOURENÇO FILHO, 1934, p.27). Vemos o interesse do estado maranhense em aproximar os docentes com as novas demandas educacionais, colocando-os em contato com grandes teóricos nacionais e suas produções. De certo modo, estes professores poderiam ser multiplicadores de uma nova concepção de ensino e de um sistema educativo que passou a dar destaque para o universo da criança.

DOS DISPOSITIVOS LEGAIS PARA CAPACITAÇÃO DOCENTE

No que diz respeito ao dispositivo legal, temos o Regulamento da Instrução Pública de 1931, em Art. 392, afirmando que os cursos de aperfeiçoamento destinavam-se às professoras primárias nomeadas ou não pelo Estado, sendo o objetivo do mesmo permitir o contato os novos conhecimentos e práticas pedagógicas que versavam sobre a concepção de ensino e aprendizagem no modelo escolanovista.

O documento não confirma a duração do curso, contudo, os professores ficariam a disposição recebendo seus vencimentos e teriam professores substitutos, sendo que um quinto da turma de no máximo 20 alunos ficaria para os professores da capital. No artigo 394 enfatiza a obrigatoriedade do curso, “será exonerado o professor que se recusar à frequência ou revelar no curso de aperfeiçoamento incapacidade para aplicar os novos métodos de educação.” (MARANHÃO, 1931, p.75).

Com o Decreto nº169 de 14 de agosto, na gestão de Pe. Astolfo Serra, temos a suspensão das inscrições para os cursos de aperfeiçoamento até que houvesse professores diplomados. Contudo com o novo regulamento da Instrução Pública no Maranhão no ano de 1932, enfatiza-se a importância da formação técnico-profissional de professores primários com foco em novas metodologias.

Temos em 1933 o aparecimento de um novo dispositivo legal que versava sobre cursos de aperfeiçoamentos de professores, o Decreto nº 395 de 13 de março de 1933, explicitando a duração do curso – mínimo de seis meses, que estava sob a gerência do Diretor Geral da Instrução Pública do Maranhão, colocando critérios como frequência obrigatória, com o mínimo de trinta faltas perdia-se o direito ao diploma.

De acordo com o impresso O Combate (1933), em portaria emitida pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Maranhão – portaria nº114, as professoras normalistas participantes do curso deveriam apresentar um relatório descrevendo o percurso formativo com descrição das materiais em que se especializaram. (O COMBATE, 1933, p. 4).

RELATOS DAS PROFESSORAS SOBRE O CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Um dos portadores para divulgação das ações governamentais do estado do Maranhão na década de 1930 foi o impresso O Combate. Nas páginas deste jornal que circulava nas principais capitais do estado temos a publicação dos relatórios das professoras participantes do processo de aperfeiçoamento na área educacional.

Nas páginas da edição do mês de outubro, registra-se o retorno do tempo formativo das professoras Maria Benedita Gomes, Elza Guterres, Maria do Patrocínio Leite, Helosina Lima, Marieta Fortunato, Maria Amélia Matos, Francisca Corrêa, Alice Serra Mendes, Otamires Oliveira, Diná Santos, Mary Santos de Lucina Lopes e Dulcina Lopes. (O COMBATE, 1933, p.4).

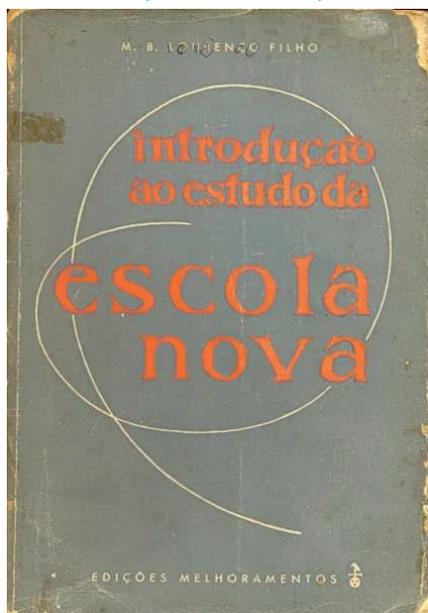
No relato contido no jornal vemos os programas das matérias ministradas com a chamada para títulos das obras e seus autores. Quanto a estrutura do curso, sua realização ocorreu em duas etapas – uma geral, denominada Principios Gerais da Educação, cujo ministrador era o próprio Lourenço Filho e; uma parte dedicada a matérias de especialização.

Os temas abordados na primeira parte do curso foram: conceito de educação, agentes ou fatores da educação, a escola, problemas de organização dinâmica - ensino e aprendizagem; psicologia da aprendizagem; problemas de organização escolar; pensamento e linguagem; instruções para o preparo de dissertações em aula, baseados em temas previamente escolhidos; aplicação e testes.

As referências bibliográficas para indicação dos estudos foram: Educação e Sociologia; Introdução ao Estudo da Escola Nova ; A hereditariedade em face da educação; A escola como ajustamento social. (O COMBATE, 1933, p. 1).

Damos ênfase para o livro Introdução à Escola Nova publicado em junho de 1930 na coleção Biblioteca de Educação, organizada e dirigida pelo próprio Lourenço para a Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Fig 1 – Capa da Obra de Lourenço Filho – Introdução ao estudo da Escola Nova



Fonte: www.google.com.br

O volume que aparece agora é o conjunto de lições professadas no Instituto Pedagógico, fundado em S. Paulo, por iniciativa particular, a que a sua ação pessoal prestou valiosa contribuição. É uma impressão panorâmica da educação no nosso tempo. Como que uma onda sintonizada para diversos países do mundo foi captada aqui e ali, gerando iniciativas diversas de renovação educativa. As gerações que se vão, no reconhecimento de faltas e insuficiências, apelam para a criança que representa sempre a eterna esperança do futuro (MONARCHA, 2000, p.170)

Segundo Monarcha (2000), esta obra tinha as seguintes características: formato in-16 (14cm x 19,5cm), 345 páginas. Para os padrões da época, o livro foi publicado com uma tiragem surpreendente: 12 mil exemplares. O mesmo apresentava os seguintes capítulos: Lição I - Que se deve entender por escola nova; Lição II - Os sistemas da educação renovada" i) Sistemas de experimentação e ensaio; III - Os sistemas da educação renovada ii) Sistemas de aplicação científica; IV - Os sistemas da educação renovada ii) Sistemas de aplicação científica (cont.); Lição V - "Questões gerais de aplicação; Bibliografia. (MONARCHA, 2000, p.170)

Como afirma Celeste-filho (2013), de acordo com o teórico escolanovista Lourenço Filho, os métodos educativos estão dentro de um sistema, exemplificado

na Lição III de sua obra, quando o intelectual analisa dois sistemas de educação renovada: o método Montessori e o método Decroly, explicando as características de cada um. A Lição IV é dedicada ao método considerado mais renovador daquele período, do norte-americano John Dewey e William Kilpatrick, o sistema de projetos.

Os princípios do movimento da escola nova foram sustentados por intensos estudos teóricos fundados em questões filosóficas e científicas, tudo para respaldar uma posição contrária a então escola e pedagogia tradicional. Buscava-se fortalecer o movimento de renovação educacional fundamentando o professorado sobre as contribuições, principalmente do campo da psicologia infantil. Os principais teóricos do movimento tiveram estreita relação com experiências no campo da educação da criança, buscando compreender e refletir sobre sua organicidade diante da construção dos conhecimentos.

Ainda quanto a estrutura do curso, no primeiro momento assuntos sobre metodologias foram socializadas por professores de diferentes áreas formativas. Neste momento, os participantes visitaram as escolas primárias da capital do Rio de Janeiro. Outro destaque para os conteúdos ministrados no curso foi tema sobre Método de Projetos, ministrado pela professora Maria Reis Campos, que também se destaca como uma teórica no campo da concepção de educação com base na escola nova.

A obra intitulada Escola Moderna, escrita por Maria dos Reis Campos, possui 318 páginas, dividida em nome capítulos. Segundo Celeste-filho (2013) apresenta a seguinte descrição dos capítulos. “No primeiro capítulo, a autora faz uma breve explanação sobre o surgimento das escolas elementares no Ocidente, desde a Idade Média até as experiências de Lancaster.” Em seguida “história do pensamento educacional desde a modernidade europeia.”. A autora nesta parte seleciona biografias de precursores da escola moderna, focando aspectos educacionais e da criança. “Os autores selecionados, na ordem de apresentação do capítulo, são Montaigne, Francis Bacon, Comenius, John Locke, Rousseau, Johann Basedow, Pestalozzi, Herbart e Froebel” (CELESTE-FILHO, 2013, p101).

Como vemos estes autores foram os pioneiros na organização de propostas avançadas sobre o processo de ensino e aprendizagem infantil, causando um desequilíbrio na visão pedagógica vigente, bem enraizada nos princípios escolásticos.

Ainda sobre a composição da obra, no terceiro capítulo temos o teórico Dewey, fazendo menções a outros teóricos como Herbart, Froebel e Edouard Claparède. “[...] apresenta as características psicológicas das crianças relacionadas

à ação, expressão, imaginação, atenção, iniciativa, curiosidade, interesse, capacidade de síntese e cooperação social”. No quarto capítulo ressalta a importância da escola nova, associada a escola moderna, a defesa da mesma ocorre pelos princípios pedagógicos que respeitam as características infantis.

O quinto capítulo, com base nas ideias de Adolphe Ferrière, “[...]a autora analisa como a escola moderna concebe a organização escolar nos aspectos discentes relacionados à disciplina, autonomia, coeducação, movimentação, mobiliário e alimentação. “. O sexto capítulo, descreve o Método Decroly e o Método de Projetos (Dewey/Kilpatrick), finalizando a obra em seus últimos capítulos com a apresentação sobre “[...] material didático na Escola Moderna; e da necessidade de implantação da Escola Moderna no Brasil. São textos bem genéricos sobre estes temas”. (CELESTE-FILHO, 2013, p101-103).

Para Maria dos Reis Campos a escola moderna não poderia ser pensada distante do método de projeto, pois o mesmo estava estritamente relacionado com o favorecimento do ensino infantil, na medida que se destacava nas atividades princípios como a liberdade e espontaneidade, iniciativa, imaginação, atenção natural, curiosidade e espírito de investigação, o gosto pela imitação, apreensão do mundo pelos sentidos próprios da criança. Aspectos que colidem com uma concepção de ensino tradicional não presente nas escolas neste período.

A pedagogia do ativismo propiciou um aprofundamento dos elementos oriundos da psicologia moderna, que contribuíram para uma visão da importância do processo de aprendizagem infantil dando ênfase para atividades manuais, jogos e o trabalho, destacando que a criança tem um papel ativo no processo de aquisição do conhecimento. Decroly, por exemplo, estudou profundamente a psique infantil, sendo médico contribuiu para uma nova concepção de ensino, passando a ser considerado um dos teóricos mais ilustres deste movimento.

Como afirma Cambi (1999), a escola nova, em parte, não foi sensível a este tipo de método, devido a resistência do sistema escolar em romper com sua rotina de horários disciplinares, seus programas e organização numa perspectiva bem compartimentada de conhecimento.

Celeste-Filho (2013, p. 105) afirma que Maria do Reis Campos aponta quatro propostas de projetos em seu livro, “[...] 1ª a estação da estrada de ferro; 2ª – o trem; 3ª a viagem; 4ª – a cidade do Rio de Janeiro”.

As matérias de especialização, que ocorreram no segundo momento do curso de capacitação das professoras maranhense no instituto foram divididas em ações

teóricas e práticas. A professora Laís Marieta Williams orientou as disciplinas com base na Psicologia Infantil tendo como eixo prático a discussão sobre a importância dos jogos, brincadeiras e brinquedos no desenvolvimento físico. Os assuntos que versavam sobre aplicação da música ficou sob a responsabilidade da professora Ceição de Barros Barreto.

Os cursos de aperfeiçoamento pedagógico não foram uma ação exclusivamente maranhense, na verdade, um movimento crescente em todo o território brasileiro em prol da política de formação de professores estava ganhando forma e contexto, tendo como elo propulsor o movimento da escola nova e seus representantes brasileiros. Neste cenário a estruturação das escolas normais com uma proposta pedagógica renovada foi o elemento importante para a visibilidade das ações principalmente com relação à educação primária, abrindo caminho para uma nova visão sobre a educação das crianças menores de sete anos. Podemos destacar as temáticas formativas que valorizam as especificidades do processo do desenvolvimento cognitivo da criança, bem mais inquestionáveis atualmente, na contribuição para um novo pensar sobre o ensino infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ainda em andamento abre possibilidades para entender melhor o fenômeno da educação primária no período republicano maranhense, contribuindo com o campo da história da educação no Maranhão e da história da criança em tempo escolar. A descoberta dos impressos enquanto fonte de pesquisa no campo da história, tem garantido uma ampliação dos estudos, principalmente no que diz respeito aos aspectos locais e regionais, expressando singularidades e sentidos, além de revelar entrelaçamentos dos representantes de movimentos nacionais com agentes e representantes estaduais (no caso do estado do Maranhão).

Apesar das tensões e conflitos para implementação de ações contundentes no campo educação primária, os cursos de aperfeiçoamento eram apresentados como uma necessidade devido às novas demandas educacionais, assim, somente a formação básica dos docentes não era suficiente para manter o professor atualizado, sendo necessário um contínuo refazer dos modelos educativos. Um dos destaques dos conteúdos dos cursos de formação era distanciar-se do tradicional no espaço escola, para tanto, precisaria de uma reorganização, uma materialidade difícil de ser rompida por questões financeiras.

Conhecer melhor o fenômeno da formação das professoras primárias é inquerir sobre o processo decisório das políticas que gestavam o ensino da criança, assim como sobre a organização do sistema educacional vigente. Além disto, é reconhecer o lugar da criança neste cenário político e educacional, pois um dos ganhos do movimento escolanovista foi o protagonismo infantil no pensar as estratégias de sala de aula pelo professor. Agora a criança não é um ser passivo em suas necessidades cognitivas, mas um ser em construção que precisa ser repensado, visto e respeitado. Mesmo que como sabemos este ser geracional, não se estende para todas as classes sociais neste momento histórico.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro dos velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. In: Revista Brasileira de História da Educação, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CELESTE-FILHO. Macioniro. Intelectuais brasileiros em disputa pela Escola Nova na década de 1930. Historia y Espacio N° 40: 75-109, febrero-junio 2013, p. 75-109

HOLLER, Solange Aparecida de Oliveira. As conferências educacionais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis Santa Catarina, 2014 (Tese Doutorado).

GOUVEA, Maria Cristina Soares. A escrita da história da infância: periodização e fontes. P. 97-118. In.: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Estudo da Infância: educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. In.: SAVIANI, Demerval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p.9-58.

SOUZA, Rosa de Fatima. A inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil: **Cadernos Cedes**, ano XX, n51, p. 09-28, nov/2000

LOURENÇO Filho. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1997, vol.17, n.1, pp.53-53. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931997000100009>.

_____. A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. (Coleção Lourenço Filho).

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

MONARCHA, Carlos. Introdução ao estudo da Escola Nova. *Revista Brasileira de Educação*. [online]. 2000, n.14, pp.170-176. ISSN 1413-2478.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, v. 25, n. 1, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves e FILHO, Luciano Mendes de Faria. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14

MARANHÃO, Coleção de Decretos ano de 1930. Maranhão: Imprensa oficial, s/ano.

MARANHÃO. Decreto nº46 de 23 de fevereiro de 1931. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão. Imprensa Oficial, 1931

MARANHÃO, Regulamento da Instrução Pública. Decreto nº46 de 23 de fevereiro de 1931. Maranhão: Imprensa oficial, 1931

NOTÍCIAS, 19 de mai. de 1934

NOTÍCIAS, 28 de mai. de 1934



O COMBATE, 19 de nov. de 1933

O COMBATE, 18 de nov. de 1935

O COMBATE, 11 de nov. de 1933

O IMPARCIAL, 30 de nov. de 1930

O IMPARCIAL, 08 de fev. de 1931